

Aeronáutica decide desmilitarizar o Departamento de Aviação Civil

A POLÊMICA SOBRE O DAC NO CONGRESSO CONSTITUINTE

A posição dos sindicatos	A posição do Ministério da Aeronáutica
O controle pelo Ministério da Aeronáutica não impediu que a aviação comercial brasileira caísse do quarto lugar (logo após a Segunda Guerra Mundial) para o 13º lugar (em 1985, entre 150 países).	Mais desenvolvidas do que a aviação comercial brasileira só estão as dos Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha, França, Alemanha Ocidental, Japão, Canadá, Holanda, Austrália, Espanha, Singapura —que é um entroncamento aeroviário mundial— e México —pólo turístico da classe média norte-americana, de alto poder aquisitivo. A colocação do Brasil é, portanto, bastante honrosa.
Em mais de uma centena de países, a aviação civil está subordinada à administração civil.	O Brasil foi o único entre os 156 países membros da Organização Internacional de Aviação Civil a ser eleito para o grupo dos dez membros que mais tem contribuído para a aviação civil mundial (junto com os EUA, URSS, França, Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha, Itália, Japão, Austrália e Canadá). O importante no transporte aéreo é ser eficiente. Se isso é feito sob controle de ministério militar ou ministério civil, é irrelevante.
O DAC não é o órgão do Ministério da Aeronáutica capacitado a opinar sobre controle de tráfego aéreo, já que esse setor está afeto à Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo.	Quando um piloto reclama que um auxílio-rádio está inoperante, o problema é de proteção ao voo, porém seu reflexo se dá na operação da aeronave.
A separação da aviação civil da aviação militar não produz problemas de coordenação entre órgãos de controle de tráfego aéreo, nem gastos públicos elevados.	A descoordenação entre defesa aérea e o controle de tráfego aéreo civil é uma das hipóteses levantadas, no Ocidente, para explicar o fato de um caça russo ter abatido um "Boeing" da Korean Air Lines, há três anos. Por outro lado, a montagem de toda uma estrutura de proteção ao voo exigiria gastos elevados.
O Ministério da Aeronáutica está transferindo harmoniosamente equipamentos e instalações para que a Tasa (Telecomunicações Aeronáuticas S.A.), empresa a ele vinculada, assuma todos os serviços de proteção ao voo no país. Por que se apor à subordinação do DAC à administração civil?	O DAC está evoluindo para uma organização nos moldes da Tasa. O ministério elaborou um Plano de Classificação para elevar os salários dos controladores de voo, e obteve por decreto-lei assinado pelo presidente da República um aumento de emergência para esses mesmos controladores (independente do Plano já referido), que varia de 52 a 78%.

Da Reportagem Local

O Departamento de Aviação Civil (DAC) vai ser desmilitarizado e excluído da estrutura do Ministério da Aeronáutica. A decisão é do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima. A mudança se fará com a transformação do departamento em uma autarquia, mantendo, porém, seu vínculo com o ministério. O objetivo da medida é garantir o controle do órgão pela Aeronáutica frente ao movimento pela sua transferência para o Ministério dos Transportes e, consequentemente, aos civis.

A desmilitarização do órgão deverá ser progressiva, de acordo com a visão dos militares. Ao final do processo, a Aeronáutica deverá manter a prerrogativa de nomear o diretor-geral do DAC, como ocorre com as três sociedades de economia mista vinculadas ao ministério: a Embraer (fabricante de aviões), a Celma (que faz reparos em motores aeronáuticos) e a Tasa (de infraestrutura para proteção ao voo).

A Folha apurou que a alteração foi apressada como resposta ao "lobby" montado junto ao Congresso constituinte pelos sindicatos de aeronautas e aeroviários, que querem transferir a aviação civil para o Ministério dos Transportes. Contra a transferência, Moreira Lima argumenta que aeronautas e aeroviários só querem essa alteração para ter mais liberdade para a promoção de greves.

A amigos, o ministro diz ter chegado a essa conclusão depois de ter conversado com lideranças sindicais e com o ministro dos Transportes, Reynaldo Tavares —"que não

quer nem ouvir falar nisso", como disse, semana passada, a dois civis que foram visitá-lo em seu gabinete. O ministro não abre mão da prerrogativa que seu ministério tem, hoje, de fazer a segurança dos aeroportos durante as greves.

Nos cálculos dos militares encarregados de estudarem o assunto, a desmilitarização do DAC devolverá a tarefas especificamente militares cinco oficiais gerais da Força Aérea Brasileira (FAB) —um tenente-brigadeiro (de quatro estrelas), um major-brigadeiro (de três estrelas) e três brigadeiros-do-ar (de duas estrelas)— além de quarenta outros oficiais superiores (coronéis, tenentes-coronéis e majores).

Contra a subordinação do DAC a uma administração civil, o Ministério da Aeronáutica argumenta também que a criação de órgão de aviação civil na estrutura do Ministério dos Transportes daria a esse órgão a tarefa de ter que autorizar a compra no estrangeiro de aviões agrícolas ou desportivos. Acrescenta que a delegação dessa autorização a outros ministérios (como, por exemplo, o da Agricultura) poderia criar no país uma situação de desconcreto, dividindo o controle da aviação em vários órgãos.

O Ministério da Aeronáutica aceita que o Departamento de Aviação Civil deva ser operado por um número cada vez maior de civis. Não concorda, porém, que a FAB se afaste inteiramente da aviação civil, principalmente na elaboração dos projetos aeroviários —que têm que compatibilizar as construções de novos aeroportos com os sistemas de proteção ao voo espalhados pelo país.

Novo comandante do Emfa já está definido

Da Reportagem Local

O tenente-brigadeiro Paulo Camarinho, atual chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, será nomeado mi-

nistro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, em substituição ao general-de-Exército Paulo Campos Paiva, que vai para reserva.